

Abertura do Dossiê Temático – *Mulheres e política, e políticas para mulheres no obscurantismo do início do Século XXI*

Dossier Opening – *Women and politics, and policies for women in the obscurantism of the beginning of the 21st Century*

Daniela Tonelli Manica¹ 

Martha Ramírez-Gálvez² 

Muitas e múltiplas são as formas de violência e vulnerabilidade a que mulheres e outras minorias estão sujeitas no Brasil, sobretudo nos últimos anos com o tsunami ultraconservador-bolsonarista. De assédios sexuais a feminicídios, passando por violências psicológicas cotidianas, precarização total do trabalho e extinção de direitos com a reforma trabalhista, diversas situações sociais evidenciam que as desigualdades históricas de gênero estão muito longe de serem resolvidas. Ao contrário, intensificaram-se com o empobrecimento geral da população, agravado, ainda mais, no contexto da pandemia de Covid-19. Com a desdemocratização nos últimos anos, as conquistas construídas ao longo do século XX foram sendo colocadas em risco, quando não destruídas ou burladas, como, por exemplo, o preenchimento de cotas para mulheres nas eleições (ou o desvio de recursos de campanha para candidatas) e o direito ao aborto em casos previstos por lei.

O desenvolvimento teórico e conceitual conquistado no campo multidisciplinar dos estudos de gênero, nas últimas décadas, complexificou e multiplicou as diferenças internas no que se poderia arregimentar em torno da categoria “mulher”, pluralizando-a e obrigando-a a se recompor em múltiplas intersecções (Akotirene, 2019; Brah, 2006; Crenshaw, 1989): mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres de periferia, mulheres ribeirinhas, etc. A despeito dessa multiplicidade, no entanto, desigualdades estruturais seguem colocando essa pluralidade de mulheres em situações desfavoráveis em relação aos homens (Biroli, 2018).

Ao se analisar a distribuição de gênero em todas as áreas dos espaços de poder e de tomada de decisões, no Brasil, as mulheres configuram uma minoria explícita em relação aos homens. Um dos campos nos quais essas desigualdades se tornam mais evidentes é o da política institucional – as esferas de poder executivo, legislativo e judiciário (Miguel; Biroli, 2015). Isso sugere a persistência da estrutura patriarcal e a ausência de uma representatividade democrática efetiva, que leve em conta a multiplicidade de temas, agentes e questões que se poderiam articular em torno de representantes mulheres, pautadas por questões de gênero.

¹ Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural (PPG-DCC/Labjor/UNICAMP, Campinas, SP, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8014-9996>.

² Universidade Estadual de Londrina, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais (DCS/FFLCH/UDEL, Londrina, PR, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3802-393X>.

Nos últimos seis anos, desde o golpe parlamentar de 2016, tornaram-se ainda mais evidentes as perseguições políticas a mulheres. Seja com a destituição da presidenta Dilma Rousseff em 2016, o assassinato de Marielle Franco em 2018, as notícias falsas veiculadas sobre a candidata à vice-presidência Manuela D'Ávila também em 2018, ou as agressões contra mulheres trans parlamentares, observa-se a intensificação de forma escandalosa de reações misóginas à presença e atuação de mulheres na política e na esfera pública de maneira geral, bem como a desvalorização e o desmonte de políticas públicas voltadas para mulheres no Brasil (D'Ávila, 2022).

Essa tendência contemporânea brasileira à violência política de gênero e ao desmonte ou desidratação de políticas públicas com perspectiva de gênero deveria parecer anacrônica a essa altura do século XXI, mas se mostra não somente atual, como ainda crescente no contexto autoritário e fascista em que nos encontramos. Esse dossiê surge do desejo de abrir um espaço de reflexão e registro desse retrocesso, a partir das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, com foco nas múltiplas relações entre políticas e mulheres.

Recebemos 34 artigos de diferentes regiões do Brasil e de outros países da América Latina e da África. A resposta à nossa chamada foi expressiva e reverbera a efervescência de problemas de pesquisa que se acentuaram frente aos inúmeros retrocessos que observamos nos últimos anos. A agenda feminista construída internacionalmente ao final do século XX e início do XXI, com pautas como implementação do aborto legal, direitos sexuais e reprodutivos, saúde sexual e reprodutiva, legislação em defesa das mulheres e contra as múltiplas formas de violências de gênero, foi e vem sendo crescentemente atacada pela onda conservadora e ultraconservadora, fascista e desumana que caracterizamos, no título desse dossiê, como obscurantista.

Chamar de obscurantista tem menos a ver com a evocação de um iluminismo salvador, ressoando historicamente os embates medievais. Nós sabemos que a ciência e mesmo a democracia tampouco conseguiram, até o momento, nos defender. Obscurantismo tem mais a ver com a sensação sonora presente por exemplo na trilha sonora de fundo da série, presente por exemplo na trilha sonora da série "O Conto da Aia" (The Handmaid's [...], 2017). Uma sonoridade artificial e distópica, sintetizada com muitos efeitos de eco e tons graves, longos e distorcidos, que provocam um desconforto permanente. A série, por sua vez, é baseada no universo distópico de Gilead, imaginado por Margaret Atwood na década de 1980 com o livro homônimo: uma colônia nos confins do que restou do mundo pós-crise climática, com recursos naturais e fontes de alimentação reduzidos. Diante da crise, uma sociedade cristã totalitária, fortemente armada e dominada por diferentes castas de homens se apropria dos recursos e das mulheres, também divididas por castas e aprisionadas em tarefas domésticas e reprodutivas. A alternativa para as que resistem ou as que não "valem mais" para essas tarefas é serem mandadas para as colônias: uma espécie de inferno contaminado no qual as mulheres são postas para trabalhar até morrer (Atwood, 2017).

Imagens sobre obscurantismo e distopia também emergem se considerarmos a articulação de cruzadas transnacionais antigênero. As grandes conferências internacionais se tornaram gatilhos para a disputa de projetos de poder em forma de evangelização, como contraofensiva à secularização e à desnaturalização de um ordenamento sexual hegemônico (Garbagnoli, 2018), pois o Vaticano reagiu peremptoriamente aos avanços dos direitos das mulheres e da população LGBT+. Como discutem Corrêa e Kalil (2020), nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000,

o então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (sucessora do Tribunal da Inquisição ou Santo Ofício), Joseph Ratzinger, foi identificado como mentor intelectual das campanhas antigênero, em aliança com outras comunidades de fé e fundamentalismos religiosos.

Na escalada antigênero, a estratégia do pânico moral na esfera pública converge para a repolitização do campo religioso e a instrumentalização da religião na luta pelo poder, que reverbera nas casas legislativas, bloqueando reformas jurídicas e políticas públicas inclusivas (Corrêa; Kalil, 2020). Grupos religiosos, atores conservadores, populistas de direita e nacionalistas identificam a pauta feminista como uma ameaça à vida, à família e às crianças, em aliança com o projeto neoliberal antiestado e antiequacionamento das relações de desigualdades sociais (Brown, 2019).

As dinâmicas sociopolíticas no Brasil têm evocado esse cenário colonial de controle, dominação, aniquilação e escravização, em meio ao iminente colapso climático. Viver a pandemia sob um governo fascista, após um golpe parlamentar que destituiu do dia para a noite TODAS as mulheres de esquerda e progressistas que estavam no alto escalão do governo federal, só fez aumentar a sensação ruim da nossa trilha sonora particular, e perturbadora, de que o presente e talvez o futuro não sejam nada promissores para as mulheres no Brasil. Há escapatória? resistências? mudanças possíveis?

Os trabalhos que aqui apresentamos oferecem um caleidoscópio qualificado deste cenário. Um [caleidoscópio](#) como a armadilha que usamos como capa deste dossiê, inventado por Clarissa Reche para enfeitiçar o olhar e a curiosidade estética pelo vermelho e seus padrões simétricos, mas que foi feito a partir de uma experiência fotográfica com sangue menstrual (Reche, 2022). É com essa inspiração, como um chamado para olhar não para o que é belo, mas para o que é duro e real, no nosso cenário contemporâneo, que apresentamos os textos a seguir.

Letícia Rocha Santos, no artigo *Participação popular e políticas para as mulheres: uma análise das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres*, discute a importância dos Conselhos de Direitos, espaços deliberativos com participação popular e estatal, um instrumento de consolidação da democracia participativa, de efetivação de direitos constitucionais e de acordos internacionais. Letícia observa que, não obstante o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ter sido criado em 1985 para promover direitos e exercer controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, é apenas em 2004 que acontece a primeira conferência nacional, tendo sido realizadas mais três conferências até 2016. A partir das conferências foram delineadas algumas políticas importantes de promoção de igualdade de gênero, mas também foram ignorados outros assuntos, especialmente em relação aos direitos reprodutivos e à diversidade sexual. Contudo, após 2016, seguiu-se um período de retrocessos com a perda da importância antes conferida às políticas públicas para mulheres, numa agenda de governo autoritária, conservadora, neoliberal e contrária aos Direitos Humanos.

Em *Jornalistas feministas: uma análise interseccional da produção jornalística sobre as eleições presidenciais de 2018 e 2022*, Carolina Carettin aborda a questão dos pressupostos de objetividade e neutralidade no jornalismo, trazendo os casos de dois veículos da imprensa feminista digital: os sites LadoM e AzMina. Partindo de uma perspectiva interseccional, a autora mostra algumas das pautas que foram veiculadas nos dois sites durante as eleições de 2018 e 2022, bem como as motivações políticas das criadoras dos dois portais, voltadas para o desejo de ampliar abordagens comunicativas para os debates feministas, produzindo um jornalismo “situado e político” como estratégia de resistência.

Na sequência, o artigo *“Os homens estruturam um mundo deles e para eles”*: a violência política de gênero como estratégia ortodoxa de reprodução do campo político, por Letícia Kulaitis, mostra as dificuldades e constrangimentos à atuação de mulheres nas esferas políticas institucionais. Retomando exemplos e experiências como as de Sâmia Bomfim, Manuela D’Ávila, Dilma Rousseff, Marielle Franco, Anielle Franco, Erika Hilton, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Áurea Carolina e Benedita da Silva, a autora mostra como a atuação política de mulheres é percebida como ameaça às ordens de gênero e raça estabelecidas na sociedade brasileira. A presença dessas mulheres é recebida com violência política de gênero, em suas diversas e perversas facetas, “atos de violência física, moral, psicológica e sexual dirigidos a mulheres que ingressam no campo político, bem como ameaças, disseminação de *fake news* e outras formas de atingi-las em sua dignidade”. Mas há, na insistência combativa e na presença e atuação dessas mulheres, sobretudo aquelas que representam grupos minoritários e marginalizados, como mulheres negras e trans, também uma esperança de resistência e transformação.

Em *“Ninguém quer ir para o hospital”*: gramáticas morais e redes de abortamento entre mulheres no Brasil, Lara Facioli, Ana Júlia da Costa e Rafaela Zimkovicz apresentam uma pesquisa sobre redes *on* e *offline* de atendimento a mulheres que procuram abortamento no Brasil. As autoras apontam para a misoginia estrutural que permeia a discussão sobre aborto, inclusive o acesso a serviços de aborto legal, nos quais as mulheres precisam performar uma posição vitimizada e culposa, para além da qual não são ouvidas ou são descredibilizadas. O ativismo feminista, segundo as pesquisadoras, preenche as insuficiências do Estado no atendimento ao aborto, à educação em saúde reprodutiva e segurança jurídica, na perspectiva de promoção de relações de gênero não vulnerabilizáveis.

O artigo *Políticas Públicas sobre a Saúde Menstrual no Brasil: Olhares pelas Lentes dos Movimentos Sociais da Menstruação*, de Isabel Cristina de Almeida Prado, traz um panorama das políticas para a dignidade menstrual no Brasil. Primeiramente, demonstra como a menstruação foi um tema invisível e ausente nas políticas para saúde sexual e reprodutiva. Iniciativas que envolvem movimentos sociais, parlamentares das diversas esferas, ONGs e coletivos empreendedores articulam o cenário de políticas públicas para a dignidade menstrual no final da década de 2010 e início de 2020. Isabel elenca algumas delas e mostra os desdobramentos dessa proposição no contexto do governo bolsonarista, com boicotes e escrachos que minimizaram a importância de políticas públicas para as mulheres, impedindo sua implementação.

Por fim, Rossana Maria Marinho Albuquerque, no artigo *Oito anos da Lei do Feminicídio (13.104/15) e muitos desafios*, realiza um balanço sobre a Lei do Feminicídio no país, analisando a inserção do feminicídio como qualificadora do homicídio no Código Penal; os retrocessos políticos e sociais e suas implicações para o enfrentamento da violência de gênero; e os enquadramentos e limitações da Lei 13.104/15. A autora destaca que, apesar dos avanços nessa matéria, os retrocessos no país desde 2016, bem como concepções essencializantes e universalizantes de gênero invisibilizam a letalidade de mulheres fora do contexto da violência doméstica e familiar, o recorte racial e de identidade de gênero. A lei, mesmo sendo importante, é insuficiente para proteger a vida das mulheres, seu direito à liberdade e às garantias fundamentais em todos os âmbitos.

Os artigos publicados apontam, no geral, para alguns avanços significativos no início do século XXI, feitos com base em acordos e ajustes, deixando de fora dos marcos institucionais outros direitos, especialmente no campo reprodutivo e da sexualidade.

Não é possível, contudo, considerar os textos deste dossiê sem olhar para a organicidade de agendas ultraconservadoras mundiais, refletidas na configuração do Parlamento brasileiro. Vários dos artigos assinalam 2016, o ano do golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, como um momento de inflexão e retrocesso, agudizado durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que ficará registrado na história pela sua misoginia e necropolítica, entre outras coisas.

Fica agora a ser feita uma análise comparativa sobre a política refratária do Brasil em relação aos direitos das mulheres diante dos avanços obtidos em matéria de aborto em outros países latino-americanos, como Argentina, Colômbia e Chile, por exemplo. E a observar as dinâmicas e oscilações políticas que colocam, frequentemente, as agendas de gênero e mulheres como secundárias e menores, quando não sequestradas, inclusive com a conivência de mulheres, pelo discurso ultraconservador e fascista da “família” patriarcal.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 26, p. 239-276, jan./jun. 2006.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.
- CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. *Políticas antigênero em América Latina: Brasil -¿La catástrofe perfecta?* Rio de Janeiro: ABIA, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, n. 1, p. 139-167, 1989.
- D'ÁVILA, Manuela (org.). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- GARBAGNOLI, Sara. Contra la herejía de la inmanencia: el “género” según el Vaticano como nuevo recurso retórico contra la desnaturalización del orden sexual. In: BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David (ed.) *¡Habemus género! La Iglesia Católica y ideología de género*. Rio de Janeiro: Género & Política en América Latina, 2018. p. 54-80. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/ebook-2018-17122018.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.
- MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- RECHE, Clarissa. *No one is obliged to see: a bloody trap*. Madison, Wisconsin: 4S, 2022. Disponível em: https://4sonline.org/news_manager.php?page=33541. Acesso em: 9 mar. 2024.
- THE HANDMAID'S tale. Creator: Bruce Miller. [S. l.]: Hulu, 2017. Série. Disponível em: <https://www.hulu.com/series/the-handmaids-tale-565d8976-9d26-4e63-866c-40f8a137ce5f>. Acesso em: 9 mar. 2024.

Declaração de Co-Autoria: As autoras escreveram esta abertura em parceria, tendo ambas contribuído igualmente para a confecção do texto. Ambas assumem total corresponsabilidade ética e científica em relação ao conteúdo do manuscrito.

Daniela Tonelli Manica. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Docente junto ao Mestrado em Divulgação Científica e Cultural e ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa financiada pela FAPESP (Processo n° 2022/05943-0) e pelo CNPq (Processo n° 306448/2022-0). E-mail: dtmanica@gmail.com.

Martha Ramírez-Gálvez. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Docente junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina e Presidenta de Néias – Observatório de Femicídios Londrina. E-mail: marthacerg@gmail.com.

Avaliadora: Karine Lopes Narahara, [Orcid](#);

Editora de Seção: Raquel Kritsch, [Orcid](#).